

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

AUTODOC

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<p><i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho;</i> <i>Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br;</i> <i>Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal;</i> <i>Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE;</i> <i>Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308</i> <i>(de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i></p>
Endereço e Telefone do Tribunal	<p><i>Av. Santos Dumont, 3384</i> <i>Aldeota - Fortaleza/CE</i> <i>CEP: 60.150-162</i> <i>Telefones:</i> <i>(85) 3388-9400 (85) 3388-9300</i></p>
Sítio institucional sobre a LGPD	<p><i>www.trt7.jus.br/lgpd</i></p>
Centros de Tratamento	<p><i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Seção de Gestão Documental - 3º andar do Anexo II, Rua Vicente Leite, 1281 - CEP 60.170-151.</i></p>

AUTODOC	
Gestor do sistema	<i>Seção de Gestão Documental</i>
Finalidade do tratamento	<i>Organizar e automatizar a gestão do acervo físico de pessoal e administrativo(localização), no âmbito do TRT7.</i>
Titulares dos dados	<i>Magistrados e servidores, ativos e inativos.</i>
Fonte do Dado	<i>Titular, consulta o SIGEP para confirmação dos dados.</i>
São tratados dados sensíveis?	<i>Não</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

AUTODOC

São tratados dados de crianças e adolescentes?	<i>Não</i>
Enquadramento legal	<i>art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal (...) Resolução do CNJ nº 91, de 29 de setembro de 2009, que tem por finalidade disciplinar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas informatizados nas atividades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário.</i>
Categoria de dados pessoais	<i>Nome do servidor ou magistrado Condição: ativo ou inativo</i>
Categoria de destinatários	<i>Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas.</i>
Transferência internacional	<i>Não.</i>
Prazo de conservação	<i>Prazo indeterminado.</i>
Local de Armazenamento	<i>Nas cinco máquinas da seção de gestão documental. Pasta da rede do Tribunal.</i>
Medidas de segurança	<i>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</i> <ul style="list-style-type: none">• <i><u>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</u></i>• <i><u>Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.</u></i>• <i><u>DECRETO Nº 9.637/2018</u> que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.</i>• <i><u>Norma NBR 27001/2013</u> - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

AUTODOC

	<p><i>da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Norma <u>NBR 27002/2013</u> - Esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.</i>
--	--